

ambiente

Projeto de lei acaba com a 'boa-fé' no garimpo de ouro

Objetivo é reforçar a fiscalização do BC e a rastreabilidade do metal



Área de garimpo na Terra Indígena Munduruku, no Pará. Amazônia Real/Amazon Watch

Alexa Salomão e João Gabriel

BRASÍLIA Apesar de a extração do ouro estar frequentemente cercada de ilegalidades, basta uma declaração de "boa-fé" para que a venda seja feita de forma lícita no Brasil. Uma proposta surgida na sociedade civil e protocolada no Congresso neste mês torna as regras mais rígidas ao exigir a verificação da origem do produto em cada operação.

O PL (projeto de lei) 2159/2022, de autoria das deputadas Joênia Wapichana (Rede-RR) e Vivi Reis (PSOL/PA), quer acabar com esse ins-

trumento da mera palavra dada e estabelecer uma série de critérios para regular o comércio de ouro, incluindo a necessidade de rastreabilidade e o uso de documentos eletrônicos. Os registros oficiais desse mercado ainda são feitos e guardados no papel.

O PL também traz diretrizes para o Banco Central reforçar a fiscalização sobre as empresas que compram o ouro do garimpo, as DTVMs (distribuidoras de títulos e valores mobiliários).

Segundo Joênia, o ponto de partida da proposta foi a preocupação em deter o avanço do garimpo ilegal em ter-

ras indígenas, mas o projeto também tem mecanismos para modernizar a venda do ouro no Brasil de maneira estrutural e impedir que o produto ilegal termine em joias e até produtos eletroeletrônicos pelo mundo afora.

"As pessoas muitas vezes compram uma aliança de casamento e não fazem a menor ideia que ali tem ouro de desmatamento e de invasão", diz a deputada. "Nesse projeto, não estamos falando especificamente de garimpo em terra indígena. Mas tratando de coibir ouro ilegal, que foi extraído de forma irregular, seja onde for".



As pessoas muitas vezes compram uma aliança de casamento e não fazem a menor ideia que ali tem ouro de desmatamento e de invasão

Joênia Wapichana deputada federal (Rede-RR)

Para permitir a rastreabilidade, o PL prevê que o ouro, logo após a extração, passaria a ser agrupado em lotes e receberia uma marcação molecular com isótopos de prata — uma espécie de código de barras único. O código passaria a constar de toda a documentação para transporte e venda do ouro, e as DTVMs não poderiam aceitar ouro sem a identificação.

O mecanismo de rastreabilidade previsto no projeto considera uma proposta elaborada pelo Instituto Escolhas, e tem sido alvo de um amplo debate. A rastreabilidade do ouro foi tema de um seminário internacional em Brasília em junho, que reuniu a Polícia Federal e a Interpol, e conta com apoio do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) — que representa grandes grupos do setor, como Vale, Alcoa e Anglo American.

"Temos uma visão convergente e apoiamos o PL. O desafio agora é fazer com que ele avance no Congresso Nacional", diz Rinaldo Mancin, diretor de Relações Institucionais do Ibram.

Segundo Mancin, o garimpo que desmata e invade terras indígenas tem prejudicado as grandes companhias. "A lavra legal impacta a reputação de todo o setor de mineração e precisamos de um aperfeiçoamento regulatório, com rastreabilidade e regras mais rígidas para o ingresso do ouro nas DTVMs", afirma.

Levantamento realizado pelo Escolhas, com base em 40 mil registros de comercialização do metal, apontou que 229 toneladas de ouro vendidas no país, de 2015 a 2020, tinham indícios de irregularidades. Entre as quatro maiores DTVMs nesse mercado, 87% do ouro comercializado tinha indício de irregularidades.

"A mineração ilegal é uma das principais ameaças à Amazônia", diz Larissa Rodrigues, gerente do Instituto Escolhas. "Além de gerar o desmatamento, as contaminações por mercúrio são gravíssimas, [que

têm gerado] uma emergência de saúde pública com destruição dos rios, e também contribui para associação com o crime organizado".

O projeto de lei também estabelece a digitalização da documentação. A nota fiscal, que hoje é em papel, passaria a ser virtual. Seria adotado para o ouro o GTC (Guia de Transporte e Custódia), instrumento já exigido para gado e madeira.

Raoni Rajão, professor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e especialista na cadeia produtiva de ouro, diz que o projeto traz avanços importantes, principalmente com punições duras. "Ele também introduz uma série de mudanças administrativas que, apesar de também importantes, já poderiam ser feitas na lei atual, por órgãos como BC e ANM [Agência Nacional de Mineração], mas não são feitas por falta de vontade política", afirma.

Especialistas ouvidos de forma reservada pela reportagem concordam que diversas mudanças propostas pelo projeto poderiam ser implementadas sem a necessidade de um novo projeto de lei, e alertam ainda para o fato de que, no Congresso, a proposta deve enfrentar grande resistência e pode ser alterada, uma vez que há diversos parlamentares que defendem os garimpeiros e a flexibilização da atual legislação.

A ANM afirmou que "não lhe cabe opinar sobre matérias de caráter legislativo".

Rodrigo Cataratas, presidente do Movimento Garimpo É Legal e candidato a deputado federal por Roraima, diz que o projeto significa uma barreira para o desenvolvimento da sua região.

"Sou totalmente contrário a qualquer legislação que torne mais ainda burocrática a atividade econômica mineradora no estado de Roraima, pois as leis já são muito restritivas e impedem o avanço da economia roraimense. Criar novos empecilhos é subir os muros da burocracia", afirmou.

Marinha adia exercício com bombardeiro no litoral paulista

Klaus Richmond

SANTOS A Marinha adiou a realização de exercícios de tiros na Ilha da Sapata, a segunda maior do arquipélago de Alcatrazes, paraíso ecológico próximo a São Sebastião, no litoral norte de São Paulo.

O evento estava programado para os dias 16 e 17 de agosto, mas acabou suspenso após repercussão nas redes sociais e mobilização de ativistas. Procurada, a Marinha não confirmou os motivos para o adiamento da atividade.

Uma das iniciativas foi um abaixo-assinado que critica a realização da prática durante o período reprodutivo de inúmeras espécies de aves, principalmente as fragatas, que poderiam sofrer prejuízos com o impacto sonoro dos explosivos. O documento recebeu pouco mais de 24 mil assinaturas online.

"O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) orientou a

Marinha do Brasil, por meio de ofício, pelo adiamento do exercício de tiro marcado para os dias 16 e 17 de agosto. Em resposta ao ICMBio, a Marinha do Brasil adiou a atividade de agenda na região", disse em nota o órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

O ICMBio já havia oficiado a Marinha no último dia 5 de agosto sobre a impossibilidade de realização do exercício. Segundo eles, a última vez que o evento aconteceu neste mês foi em 2008.

"Nas aves, segundo levantamento do Cemave (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres), perturbações no ninhal em época reprodutiva podem causar até 75% de perda de ninhinhos e ovos das fragatas, por causa do comportamento de sabotagem dos machos não pareados quando os ninhos ficam desprotegidos, após uma revoadada brusca dos pais", explicou na ocasião, também em nota.



Ave sobrevoa o arquipélago de Alcatrazes, próximo a São Sebastião, no litoral norte de SP. Eduardo Knapp - 25 out. 22/Folhapress

Desde 2013, após 33 anos de reivindicações de ambientalistas e um período de "cessar fogo" determinado pela Justiça, a Marinha deixou de utilizar o Saco do Funil, ilha principal do arquipélago.

Três anos depois, o local se transformou em um Refúgio

de Vida Silvestre, unidade de conservação do ICMBio. A mudança não abrigou a Ilha da Sapata, a segunda maior.

Mesmo assim, há um termo de compromisso vigente para que a prática ocorra somente entre os meses de novembro e abril, monitorada

por observadores.

Empresas turísticas do litoral norte, credenciadas pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), passaram a realizar passeios embarcados para o avistamento de aves marinhas como fragatas, gaivotas, trinta réis, atobás, entre outras.

"Os barulhotes criam estresses para as aves, que são sensíveis. Filhotes podem cair dos ninhos e há, também, um volume considerável de baleias por conta da migração. Acredito que houve um sério erro de comunicação, pois nunca haviam tentando infringir o termo", disse Júlio Cardoso, integrante do conselho do Refúgio e diretor do Baleia à Vista, projeto que monitora a bordo baleias no litoral.

Não há, segundo ele, garantias de que os tiros não afetariam a migração das baleias. Há mais de 70 avistadas na região só em 2022. "As baleias se comunicam

por sons e estão em intenso processo reprodutivo. Sons projetados fora da água, em um primeiro momento, não atrapalham, mas é de suma importância medirem com hidrofones para saber o real impacto das explosões no mar", explica.

A queda de braço entre ambientalistas e as atividades de tiro realizadas pela Marinha é antiga.

Os ativistas dizem que os tiros também podem atingir animais em trânsito pelas ilhas. Donos de empresas de turismo náutico também reclamam por conta do fechamento de unidades de conservação durante as atividades.

Veredores de São Sebastião também se mobilizaram para evitar a prática.

Os todo, são mais de 1.300 espécies de fauna e flora catalogadas. O local abriga, também, a maior diversidade de peixes do país, com espécies únicas das ilhas do arquipélago sequer catalogadas.

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

COMUNICADOS

NEGÓCIOS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA LIGUE AGORA 11/3224-4000

ESOTERISMO

ATENÇÃO

NÃO ME CONVIENHA C/ OUTRAS MÊS... (text partially obscured)

LEILÕES

LEILÃO DE ATE ONLINE

Paraíso Loteado 7 Acap 136... (text partially obscured)

ADVOCACIA

Especializada em INSS com 30 anos de experiência

Auxílio - Doença
Perícia Negadas
Acidente do trabalho
Aposentadorias
Benefício para idoso e deficiente
Pensão por morte

11- 95001-9143

2362-0162 - 2361-5366
2366-8842 - 2362-3214

PROFISSIONAIS LIBERAIS

siglafolha

PROFISSIONAIS LIBERAIS

ACOMPANHANTES

CIBELE INDIANHA PAULA LOIRA GAUCHA EVA BELA MORENA

Completos, liberais, Ac. cartões

11 3271-0402
11 2367-9749

METRO LIBERDADE

AMANDA

Linda universitária, que quer te dar muito prazer!!!

Sigilo e discrição

11/04652-0646

Bairro Saúde

HERCULES

201420/p/Homen.11.9575-4052

CLÍNICAS E MASSAGENS

LINDAS GAROTAS

Suave e quente concisa aqui! F1112876-5591

ASSINE A FOLHA

folha.com/assine